

HABEAS CORPUS Nº 638.801 - PA (2021/0002519-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : OSVALDO BRITO DE MEDEIROS NETO
ADVOGADO : OSVALDO BRITO DE MEDEIROS NETO - PA025332
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
DE BELÉM - PA
PACIENTE : ERIO DA CONCEICAO DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ERIO DA CONCEICAO DOS SANTOS, no qual indica como impetrado o Juiz de Direito da 4ª Vara do Tribunal do Júri de Belém- PA.

Alega que foi condenado pela prática do crime de homicídio à pena de vinte e cinco anos de reclusão, em regime inicial fechado e que se encontra preso desde o dia 16/10/2017, sem ter tido o direito de recorrer em liberdade por erro da secretaria do juízo.

Requer, liminarmente, que seja decretada a nulidade do processo desde a interposição da apelação contra a sentença de primeiro grau, para que seja determinado à secretaria encaminhar o processo para a Defensoria Pública, a fim de que seja apresentada as razões de apelação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A impetração aponta como autoridade coatora juiz de primeiro grau, o que afasta a competência originária do Superior Tribunal de Justiça para análise do pedido. Com efeito, o *habeas corpus* deveria ter sido dirigido à autoridade hierarquicamente superior àquela de onde provém o alegado constrangimento ilegal, para não ocorrer indevida supressão de instância.

Assim sendo, o pedido, por não se enquadrar no disposto no art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, não pode ser conhecido pelo STJ.

Nesse sentido, confira-se este julgado:

HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ARTS. 240 E 241-A DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO E RISCO DE NOVA RESTRIÇÃO DA LIBERDADE. FALTA DE MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. VEDAÇÃO AO HABEAS CORPUS PER SALTUM. WRIT NÃO CONHECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. A única manifestação levada a efeito pelo Tribunal local diz respeito à prejudicialidade da impetração, pela concessão de liberdade provisória ao paciente.
2. Fica impossibilitada a manifestação deste Sodalício, sobrepujando a competência da Corte Estadual, sob pena de configuração do chamado habeas corpus per saltum, a ensejar verdadeira supressão de instância e violação aos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal substancial.
3. Ante a falta de manifestação do Colegiado Estadual, percebe-se a incompetência desta Corte Superior para o processamento e julgamento deste writ, já que inexistente ato a ser imputado à autoridade coatora, nos termos do art. 105, I, alínea 'c', da Constituição Federal, bem como do art. 13, I, alínea 'b', do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
4. Habeas corpus não conhecido. (HC n. 360.513/TO, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 1º/9/2016.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, declaro a incompetência do STJ Corte para processar e julgar o presente *writ* e determino a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente